

BALANÇO

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

CNPJ no 26.461.699/0001-80

BALANÇO PATRIMONIAL

4º Trimestre de 2017

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		1.589.820	1.544.478
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		178.328	130.700
Aplicações Financeiras		1.159	1.299
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		177.169	129.401
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	12.637	10.446
Clientes	5.1	12.637	10.446
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	348.232	271.863
Adiantamentos Concedidos	6.1	6.508	18.899
Adiantamentos a Pessoal		6.508	8.707
Adiantamentos a Unidades e Entidades		0	10.192
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	215.827	188.629
Créditos Tributários		217.405	190.207
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	125.897	64.335
ESTOQUES	7	1.050.609	1.131.441
Mercadorias para Revenda		830.697	816.988
Materiais em Trânsito		109	200
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		1.845	1.900
Compra Antecipada - Entrega Futura		217.958	312.353
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		14	28
Despesas Antecipadas		14	28
NÃO CIRCULANTE		850.017	963.744
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		639.170	678.803
Créditos a Longo Prazo	8	2.300	2.298
Clientes	8.1	2.300	2.298
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		2.300	2.298

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		31/12/2017	31/12/2016
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	636.870	676.505
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		2	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		78.238	130.178
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		558.630	546.321
INVESTIMENTOS		28.952	34.182
Participações Permanentes		27.755	27.755
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		35.567	35.567
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	4.6	(7.812)	(7.812)
Propriedades para Investimento	8.3	0	4.605
Bens Imóveis não Destinados a Uso		0	4.850
(-)Depreciação Acum. Investimentos - Cons. Propriedade		0	(245)
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.822
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.822
IMOBILIZADO		179.800	249.014
Bens Móveis		22.283	26.093
Bens Móveis		108.783	105.839
(-)Depreciações		(86.500)	(79.746)
Bens Imóveis		157.517	222.921
Bens Imóveis		352.649	408.471
(-)Depreciações		(195.132)	(185.550)
INTANGÍVEL		2.095	1.745
TOTAL		2.439.837	2.508.222

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
Até o 4º Trimestre de 2017

Passivo	Nota	Valores em R\$ mil	
		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	9	2.060.281	2.064.909
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR	9.1	79.266	90.062
Pessoal a Pagar		47.627	59.807
Encargos Sociais a Pagar		31.639	30.255
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	1.527.772	1.395.829
Operações Especiais		1.527.772	1.395.829
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		453.243	579.018
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	23.857	62.995
Fornecedores Nacionais		1.587	2.005
Contas a Pagar Credores Nacionais		22.270	60.990
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.387	8.569
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.387	8.569
Provisões de Curto Prazo	9.5	92.598	134.686
Outras Provisões a Curto Prazo		92.598	134.686
Demais Obrigações a Curto Prazo		335.401	372.768
Adiantamentos de Clientes	9.6	1.998	1.046
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP a Pagar	9.7	0	1.830
Consignações	9.9	7.663	5.630
Depósitos Judiciais	9.9	5.139	0
Depósitos e Cauções Recebidos	9.9	3.965	6.729
Indenizações, Restituições e Compensações	9.9	10.820	39
Diárias a Pagar	9.9	14	15
Entidades Credoras	9.8	300.130	352.800
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.9	3.562	3.784
Valores em Trânsito Exigíveis	9.9	1	1
Subvenções a Pagar	9.9	2.109	894
NÃO - CIRCULANTE		3.939	47.320
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		1	1
Pessoal a Pagar		1	1
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	3.216	46.469
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		3.216	46.469
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		722	850
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Obrigações com Entidades Federais		0	128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		375.617	395.993
Capital		302.801	302.801
RESERVAS		93.192	93.192
Reservas de Lucros		93.192	93.192
Resultado do Período		(20.376)	0
TOTAL		2.439.837	2.508.222

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Até o 4º Trimestre de 2017 e 2016

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		31/12/2017	31/12/2016
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	515.243	949.197
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		481.446	924.911
Vendas Estoques Estratégicos		438.499	751.932
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		42.947	172.979
RECEITA DE SERVIÇOS		33.797	24.286
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		33.797	24.286
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	52.256	71.984
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		462.987	877.213
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	14.3	534.456	907.357
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO		534.456	907.357
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	7.1	(134.701)	(105.056)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.4	63.232	74.912
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	1.184.492	1.189.332
(-)DESPESAS DE PESSOAL		963.364	921.992
Remuneração a Pessoal		514.223	602.732
Sentenças Judiciais		37.826	53.212
Obrigações Patronais		187.031	211.305
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		25.830	32.089
Benefícios a Pessoal		16.835	15.234
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		181.619	7.420
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		221.128	267.340
Despesas/Receitas Financeiras		(116)	(165)
Consumo de Materiais		4.542	4.607
Diárias		4.329	4.284
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		2.320	2.379
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		180.784	202.377
Obrigações Tributárias e Contributivas		10.022	33.008
Outras Despesas Operacionais		19.247	20.850
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	1.103.930	1.123.131
Transferências Financeiras, Incorp. e Desincorporações		963.853	974.013
Multas e Juros de Mora		13.748	17.683
Indenizações e Restituições		11.725	55.365
Receitas Diversas		114.604	76.070
RESULTADO OPERACIONAL		(17.330)	8.711
(+) OUTROS RESULTADOS		(3.046)	6.406
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS		(267)	2.785
Alienação de Bens Móveis		175	31
Alienação de Bens Imóveis		(442)	2.754
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		(70.368)	(305)
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		67.589	3.926
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(20.376)	15.117
Imposto de Renda a Recolher		0	5.429
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	2.004
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	12	(20.376)	7.684
LUCRO POR AÇÃO		(10,96)	4,13

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Até o 4º Trimestre de 2017 e 2016

Detalhamento	Nota	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2017	31/12/2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(20.376)	7.684
Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(20.376)	7.684

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Até o 4º Trimestre de 2017 e 2016

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
1.RECEITAS	512.178	50,86	955.595	91,48
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	515.224	51,16	949.189	90,87
1.2 - Outros Resultados	(3.046)	(0,30)	6.406	0,61
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	590.187	58,60	1.015.354	97,20
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	399.755	39,69	802.301	76,80
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	190.432	18,91	213.053	20,40
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(78.009)	(7,75)	(59.759)	(5,72)
4.RETENÇÕES	18.909	1,88	18.942	1,81
4.1 - Depreciação e Amortização	18.909	1,88	18.942	1,81
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(96.918)	(9,62)	(78.701)	(7,53)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.104.045	109,62	1.123.296	107,53
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	1.104.045	109,62	1.123.296	107,53
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	1.007.127	100,00	1.044.595	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.007.127	100,00	1.044.595	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	963.364	95,65	922.000	88,26
Total	963.364	95,65	922.000	88,26
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	62.258	6,18	112.417	10,76
Total	62.258	6,18	112.417	10,76
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.881	0,19	2.494	0,24
Total	1.881	0,19	2.494	0,24
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	0	0,00	1.830	0,18
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(20.376)	(2,02)	5.854	0,56
Total	(20.376)	(2,02)	7.684	0,74

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Até o 4º Trimestre de 2017 e 2016

Ativo	Nota	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(20.376)	15.117
Disponibilidades líq. Aplic. nas atividades operacionais		75.268	(43.823)
Depreciações e Amortizações		18.909	18.942
Alienação de Bens		468	202
Doações/Transferências de Bens Patrimoniais		(449)	(6.203)
Outras Baixas de Bens		60.599	31
Redução Valor Recuperável de Investimentos		0	49
Aumento em Clientes e Créd. Diversos a Receber		(76.064)	(9.390)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários		(26.982)	85.552
Redução (Aumento) nos Encargos Sociais a Pagar		1.384	(13.268)
Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		10.995	5.013
Redução nas Despesas Antecipadas		15	6
Aumento nas Operações Especiais e Estoques		212.774	20.069
Aumento nas Consignações e Fornecedores		(37.105)	8.158
Redução nos Depósitos e Cauções		(2.763)	(6.176)
Redução nas Provisões		(85.341)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(7.397)	(4.711)
Redução nas Entidades Credoras		(53.021)	(129.102)
Redução (Aumento) nos Adiantamentos de Clientes		952	(12.272)
Redução nos Recursos Vinculados		57.079	637
Redução (Aumento) nas Subvenções a Pagar		1.215	(1.360)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	54.892	(28.706)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(5.603)	(7.296)
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		169	365
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	(5.434)	(6.931)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		(1.830)	0
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(1.830)	0,00
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		47.628	(35.637)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	47.628	(35.637)
No Início do Exercício		130.700	166.337
No Final do Exercício		178.328	130.700

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até o 4º Trimestre de 2017 e 2016

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2016	302.801	18.812	68.526	0,00	390.139
RESULTADO DO PERÍODO				(18.408)	(18.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	302.801	18.812	68.526	(18.408)	371.731
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2017	302.801	19.196	73.996	0,00	395.993
RESULTADO DO PERÍODO				5.534	5.534
Saldo em 31 de dezembro de 2017	302.801	19.196	73.996	5.534	401.527

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Até o 4º Trimestre/2017

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Resultado Líquido do Exercício
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
03	Alterações na Legislação Societária	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
05	Créditos a Curto Prazo	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
07	Estoques	18	Diversos Responsáveis em Apuração
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
09	Endividamento	20	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
10	Provisões a Longo Prazo	21	Termos de Execução Descentralizada - TED
11	Patrimônio Líquido		

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participação da formulação e execução das políticas públicas”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 92 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3 - Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos em 2017, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2017, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos. Estão provisionados no passivo circulante na conta denominada “Operações Especiais”.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações mone-

tárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$7.812 mil até 31/12/2017 (R\$7.812 mil, em 31 de dezembro de 2016), destinado a cobrir prováveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Considerando que os valores dos ativos encontram-se registrados a custos inferiores aos de mercado, conforme Nota Técnica Supad nº 41/2018, que consta avaliação feita pela Caixa econômica Federal, de alguns imóveis, no exercício de 2017, não foram registrados valores decorrentes de aumento ou diminuição, decorrente de ajuste patrimonial.

4.10 Reconhecimento da Receita:

4.10.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.11 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, até 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$92.598 mil e refere-se às provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhista e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Geral – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R1).

O saldo existente é composto pelas Provisões Trabalhistas e Cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as prováveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2017.

Encontra-se também, provisionado no Passivo Não Circulante, o valor de R\$3.216 mil, para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.

4.12 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

Nota 5 - Créditos a Curto Prazo

5.1 Clientes: O saldo da conta até 31 de dezembro de 2017, está representado pelo montante de R\$12.637 mil (R\$10.446 mil, em

31 de dezembro de 2016), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagens e alugueis.

Nota 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$348.232 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$271.863 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo.

6.1 Adiantamentos Concedidos:

O total de R\$6.508 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$18.899 mil, em 31 de dezembro de 2016), corresponde aos adiantamentos de férias, décimo terceiro salário, suprimento de fundos, para viagens e, também, ao Banco do Brasil S/A, referente ao contrato número 30/2013, com a finalidade de realizar construções e reformas em armazéns, conforme quadro a seguir:

Tabela 1 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Adiantamentos a Pessoal	6.508	8.707
Adiantamentos a Unidades e Entidades	0	10.192
Total	6.508	18.899

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 2 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
ICMS a Compensar	212.189	188.568
IR e CSLL a Compensar/Recuperar	3.630	56
Contribuições e Outros Impostos	8	5
Total de Créditos Tributários Circulante	215.827	188.629

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

O total de R\$125.897 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$64.335 mil, em 31 de dezembro de 2016), é composto pelos valores citados no quadro abaixo, com maior relevância para a conta Recursos da União, relativos aos registros da Equalização de Preços, a receber do Tesouro Nacional, conforme Portaria Interministerial MF/MAPA, nº 38, 09/03/2004, Créditos a Receber por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, Créditos por Infração Legal/Contratual, de processos de perdas de produtos, ajuizados e Outros.

Tabela 3 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	10.576	24.350
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	133	235
Créd. a Rec. por Alienação de Bens Mov/Imóveis	1.142	12.287

Continua

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	26.318	26.353
Recursos da União	86.307	0
Créditos Parcelados	1.419	1.108
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	2	2
Total	125.897	64.335

Fonte: Conab.

Nota 7 - Estoques

O total de R\$1.050.609 até 31 de dezembro de 2017 (R\$1.131.441 em 31 de dezembro de 2016), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar - PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, Compra com Doação Simultânea - CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes, e apresentam a seguinte composição:

Tabela 4 - Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Estoques de Mercadorias	830.697	816.988
Materiais em Trânsito	109	200
Almoxarifado e Estoques para Distribuição	1.845	1.900
Compra Antecipada - CPR	217.958	312.353
Total	1.050.609	1.131.441

Fonte: Conab.

O total de R\$217.958 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$312.353 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas da Agricultura Familiar nos exercícios anteriores e até dezembro de 2017, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade "Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar", a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta Entidades Credoras (Vide item 9.8).

7.1 Equalização de Preços

Até o 4º trimestre/2017, o valor total da Equalização de Preços foi de R\$193.508 mil (R\$105.056 mil, no 4º trimestre/2016), sendo que a importância de R\$ 134.701, foi lançada na Demonstração do Resultado do Exercício para equalizar as vendas de mercadorias e o valor de R\$ 58.807 mil, foi baixado do grupo "Obrigações Tributárias e Contributivas", pois refere-se à equalização incidente sobre o ICMS pago ao Governo do Estado de Mato Grosso, da operação de AGF/PGPM de exercícios anteriores, por adesão ao Refis, autorizada pelo Tesouro Nacional.

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo também as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento resultar em déficit, este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de

indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Nota 8 - Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1 Clientes

Até 31 de dezembro/2017, o saldo da conta é de R\$2.300 mil (R\$2.298 mil, até 31 de dezembro de 2016), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços e apresenta a seguinte composição:

Tabela 5 - Clientes - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Clientes	2.300	2.298
Total	2.300	2.298

Fonte: Conab.

8.2. Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo

O saldo de R\$636.870 mil, até 31 de dezembro/2017 (R\$676.505 mil, até 31 de dezembro de 2016, está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 6 - Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	2	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.238	130.178
Créditos por Alienação de Bens	54.793	44.820
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Servidores	559	588
Outros Créditos	66	66
Duplicatas e Títulos em Contencioso	155	155
Créditos Parcelados	5.705	6.719
Créditos a Receber em Poder da Justiça	840	840
Títulos a Receber	228	228
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	496.204	489.411
Créditos por Infração Legal Contratual	80	3.494
Total	636.870	676.505

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, sendo que a variação significativa no grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, foi em função da baixa pelas liberações de parcelas às empresas Renascença Armazéns Gerais Ltda e SPAM Representações Ltda, em conformidade com extrato da conta vinculada, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Os depósitos restituíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos dos processos, favoráveis à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Inter-

nisterial MF/MAPA nº 038/2004, em face dos seus provisionamentos no passivo à conta : Operações Especiais.

8.3 Propriedades para Investimento: Até 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta é zero (R\$4.605 mil em 31/12/2016). No mês de fevereiro/2017, após análise da situação dos bens, os valores foram transferidos para o grupo Imobilizado – Bens em Poder de Outra Unida-de ou Terceiros e referem-se a imóveis cedidos em comodato e outros.

Nota 9 - Endividamento

Até 31 de dezembro de 2017, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$2.060.281 mil (R\$2.064.909 mil, até 31 de dezembro de 2016), com a seguinte composição:

9.1 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$79.266 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$90.062 mil, até 31 de dezembro de 2016), refere-se na quase totalidade, aos valores das apropriações mensais por competência, para pagamento de férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais

O total de R\$1.527.772 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$1.395.829 mil, até 31 de dezembro de 2016), refere-se ao registro dos diferimentos das receitas, relativas aos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional e recuperação dos créditos.

9.3 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$23.857 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$62.995 mil, até 31 de dezembro de 2016), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos, subvenção e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.4 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$1.387 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$8.569 mil, até 31 de dezembro de 2016), refere-se às Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios, demonstradas a seguir:

Tabela 7 – Impostos e contribuições - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
IRPJ E CSLL a Recolher	0,00	7.433
Outros Impostos e Contribuições	1.387	1.136
Total	1.387	8.569

Fonte: Conab.

9.5. Provisões

O total de R\$92.598 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$134.686 mil até 31 de dezembro de 2016), representa os valores provisionados para cobrir prováveis liquidações de sentenças (Ações Trabalhistas e Cíveis) (Vide Nota 4.11). A redução foi decorrente das baixas em função das liberações pela Justiça Federal, de parcelas, dos Depósitos Judiciais, às empresas SPAM Representações Ltda e Renascença Armazéns Gerais Ltda.

9.6 – Adiantamentos de Clientes

O total de R\$1.998 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$1.046 mil até dezembro/2016), refere-se aos valores recebidos antecipada-

mente de clientes, decorrentes de vendas de produtos, para entregas futura.

9.7 - Juros Sobre o Capital Próprio – JCP a Pagar

No mês de maio/2017, foi recolhido o total de 1.904, à Coordenação - Geral de Participações Societárias - COPAR, com base em planilha elaborada pelo Núcleo Central de Controle - Nucon/Copar/STN.

9.8 - Entidades Credoras

O total de R\$300.130 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$352.800 mil, até 31 de dezembro de 2016), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural -CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura, Estoques e Outros Créditos a Receber.

9.9 – Outras Obrigações

O total de R\$33.273 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$17.092 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 9 – Demais Obrigações Fiscais com a União Estados e Municípios – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Consignações	7.663	5.630
Depósitos Judiciais	5.139	0
Depósitos e Cauções Recebidos	3.965	6.729
Indenizações, Restituições e Compensações	10.820	39
Diárias a Pagar	14	15
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	3.562	3.784
Valores em Trânsito Exigíveis	1	1
Subvenções a Pagar	2.109	894
Total	33.273	17.092

Fonte: Conab.

Nota 10 - Provisões a longo prazo

O total de R\$3.216 mil, até 31 de dezembro de 2017, representa os valores provisionados para cobrir prováveis pagamentos de débitos fiscais, referentes a ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, no Estado de São Paulo (Vide Nota 4.11).

Nota 11 - Patrimônio Líquido

11.1 - Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

Nota 12 - Resultado líquido do exercício

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das atividades próprias da companhia, representadas com maior relevância pelas receitas de prestação de serviços de armazenagem e aluguéis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida as despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, despesas de provisões de férias e encargos sociais e outras, que também sensibilizaram o resultado. Até o 4º trimestre/2017, a Companhia apurou o prejuízo líquido de R\$20.376 mil (Lucro de R\$7.684 mil, até o 4º trimestre de 2016).

Nota 13 - Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Até 31 de dezembro de 2017, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresentou o saldo de R\$54.892 mil (saldo negativo de R\$28.706 mil, até 31 de dezembro de 2016), referem-se aos resultados das variações apresentadas até o 4º trimestre de 2017 - 2016, das principais atividades da Conab.

13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: Até 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$5.434 mil (R\$6.586 mil, até 31 de dezembro de 2016), representam aplicações no imobilizado, intangível.

13.3 - Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$47.628 mil, até 31 de dezembro de 2017 (R\$35.637 mil, até 31 de dezembro de 2016), refere-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representado por recursos próprios da Conab e recursos de terceiros para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos, para formação dos estoques públicos.

Nota 14 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 – Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, dos estoques Mercado de Opção – MO, das receitas com armazenagem de produtos de terceiros e outras, conforme segue:

Tabela 10 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Vendas Estoques Estratégicos	438.499	751.932
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	42.947	172.979
Serviços de Armazenagem e Outros	33.797	24.286
Total	515.243	949.197

Fonte: Conab.

14.2 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais até o 4º trimestres de 2017 e 2016 foram de R\$52.256 mil e R\$71.984 mil, respectivamente.

14.3 – Custo das Mercadorias Vendidas

Representam as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 13 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	534.456	907.357
Total	534.456	907.357

Fonte: Conab.

14.4. Lucro Bruto Operacional

Até o 4º trimestre/2017, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$63.232 mil (R\$74.912 mil, até o 4º trimestre/2016), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7.1).

14.5 – Despesas Operacionais

Compreendem as despesas realizadas com os gastos necessários para manutenção da atividade da Conab, incluindo as despesas com pessoal, comerciais e administrativas, apresentando a seguinte composição

Tabela 14 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Despesas de Pessoal	963.364	921.992
Despesas Comerciais e Administrativas	221.128	267.340
Total	1.184.492	1.189.332

Fonte: Conab.

14.6. Receitas Operacionais Diversas

Esse grupo representa as receitas decorrentes das operações normais da Conab, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal, manutenção e formação dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e dos estoques Estratégicos, bem como repasses do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS, para a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, conforme segue:

Tabela 15 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Receitas Operacionais Diversas	1.103.930	1.123.131
Total	1.103.930	1.123.131

Fonte: Conab.

Nota 15 - Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

- Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

- Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) e demonstra as ocorrências no exercício/2016, acrescidas das modificações no 4º trimestre/2017, em todas as contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido

Nota 17 - Demonstração do resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) item 14 e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 18 - Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Controles Devedores”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em

armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos, ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Pará e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até o 4º trimestre dos exercícios de 2017 - 2016, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 16 – Diversos responsáveis em apuração

Exercício	Saldo
Até 4º trimestre 2017	74.145
Até 4º trimestre 2016	75.395

Fonte: Conab.

Nota 19 - Benefícios Concedidos aos Empregados

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Desde 2015, com o processo de saldamento, o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano de Benefícios Conab, código CNPB nº 1979000719, Plano de Benefícios Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e o Plano de Benefícios ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, os citados Planos de Benefícios, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida – BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST e pela Secretaria do Tesouro Nacional STN, sendo encaminhada à Advocacia Geral da União, que solicitou informações complementares, que foram prestadas e, no momento encontra-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para os encaminhamentos finais. Após tais procedimentos e com base nos termos contratuais, foi registrado na conta 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução, o valor de R\$691.556 mil, correspondente ao contrato Conab/Cibrius.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2016/2017, em vigor, mediante desconto em folha de pagamento.

Nota 20 - Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, no 4º trimestre de 2017 e até dezembro de 2016, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 17 – Maior e menor remuneração

Descrição	Até o 4º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Maior Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Menor Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Maior Remuneração Empregado	33.763,00	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	1.975,00	1.779,37

Fonte: Conab.

Tabela 18 – Salário Médios

Descrição	Até o 3º Trimestre/2017	
	Até Dezembro/2017	Dezembro/2016
Dirigentes	30.355,62	30.355,62
Empregados	5.354,34	5.066,32

Fonte: Conab.

Nota 21 - Termos de Execução Descentralizada – TED

21.1. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Conab, por força dos “Termos de Execução Descentralizada - TED”, assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Secretaria de Política Agrícola - SPA e Agência Nacional de Águas - ANA, recebeu os recursos orçamentários no quarto trimestre de 2017, no valor de R\$101.155 mil (R\$116.342 mil, no quarto trimestre de 2016), que foram destinados às aquisições de produtos e pagamentos de restos a pagar.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2017.

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Diretor-Presidente

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JORGE LUIZ DE ANDRADE DA SILVA
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações

GOIAZIRE DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4º Trimestre/2017

Aos
Administradores da
CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
BRASILIA – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, correspondentes às Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de doze meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da CONAB é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstrações Intermediárias e das informações contábeis consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2017 preparadas sob a responsabilidade da administração da CONAB, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras da CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, referentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores os quais emitiram o relatório datado em 20 de março de 2017 contendo as seguintes ressalvas:

1. Considerando que a contratação da auditoria independente deu-se após a contagem oficial do estoque ao final de 2016 (em final de janeiro de 2017), não houve, portanto, condições de acompanhar a contagem dos estoques da Companhia, que são relevantes e materiais. Por outro lado, considerando também, que os controles são descentralizados e em virtude das longas distâncias entre os vários pontos de armazenagem espalhados por todo o país, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos para validar a contagem dos estoques. Também não evidenciamos procedimentos de acompanhamento de contagem de estoque pela Auditoria Interna da Companhia.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.2, em 31 de dezembro de 2.016, a Companhia responde a processos judiciais, e em função disso possui registrado no ativo não circulante Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no montante de R\$ 130.178 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Também está registrado na Conta Créditos a Receber Pendentes de decisão judicial o montante de R\$ 489.411 mil, pertencentes aos estoques públicos, os quais poderão apresentar desfechos favoráveis e desfavoráveis à Companhia. Não foi apresentado Parecer Jurídico da Procuradoria Geral da Companhia, que pudesse evidenciar a evolução de tais depósitos e dos passivos, assim como as medidas de natureza jurídica adotadas.

3. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução ao valor de recuperação do ativo imobilizado (impairment), e apresenta um saldo em 31/12/2016 de R\$ 249.014 mil, e no investimento o valor de R\$ 34.182 mil. Devido ao exposto, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.

4. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS. Conforme Nota Explicativa nº 21.1, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, referente ao saldamento do plano de seguridade da Companhia. A CIBRIUS nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2015 contabilizou uma provisão a receber da Conab um montante de R\$ 695.142 mil. E tal contingência não foi provisionada nas Demonstrações Contábeis da Conab.

5. Com base nas informações fornecidas pela administração da Conab e o descrito na nota explicativa nº 13, não foi possível evidenciar a base de mensuração das Contingências Passivas no montante de R\$ 181.155 mil permanecendo inalterada a provisão em 31/12/2015. A administração do Conab não apresentou relatório e/ou parecer da Procuradoria Geral da Companhia com a evolução de cada processo que pudesse evidenciar as contingências judiciais consideradas de perdas prováveis, possíveis e remotas, impossibilitando a avaliação da adequação dessas contingências e seus eventuais efeitos, constituindo-se em limitação de nossos exames.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2018.

TECNOAUD AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP016646/0-4 - DF

José Ribamar Tavares Torres da Silva
CRC 1SP 127013/O-4 – DF